

O empobrecimento da Saúde

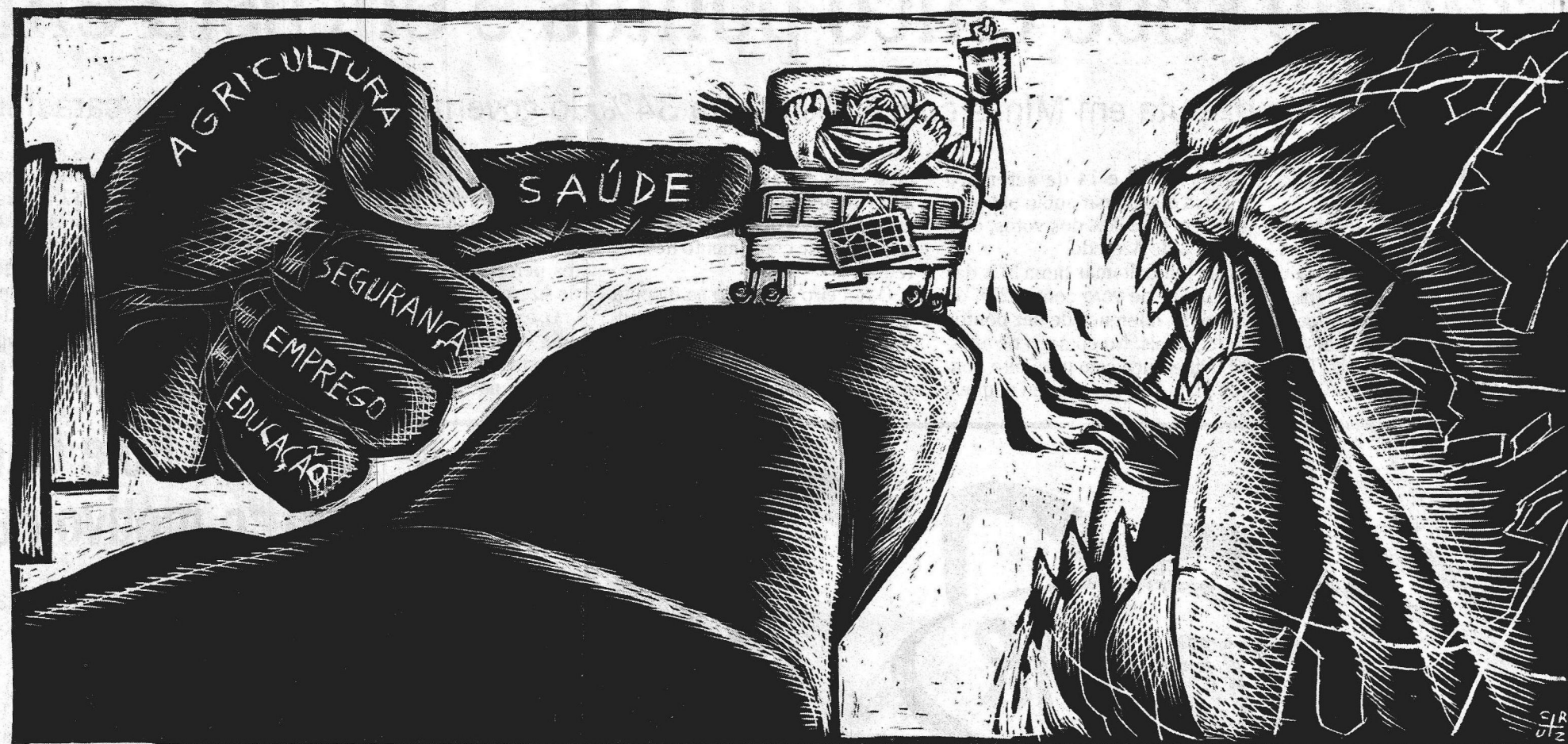
LUIZ ROBERTO TENÓRIO

Na corrida contra o tempo, o Governo anuncia um pacote para tentar impedir a saída dos dólares do país e enfrentar a crise mundial. Com isso, cortará R\$ 4 bilhões nos gastos com custeio e investimentos para tentar cumprir a meta de superávit. O decreto e a medida provisória anunciados pelo presidente vão prejudicar severamente a área da saúde, com estimativa de um corte de R\$ 1,1 bilhão, que segundo o ministro Serra representa 10% das verbas do ministério, apesar de a área econômica do Governo afirmar ser de 6,2%.

Serão comprometidos vários programas, como o da melhoria de atendimento a maternidades, às emergências e aos procedimentos de alta complexidade. O combate à Aids e ao câncer também será prejudicado. Na área de controle de endemias e saneamento básico os cortes chegarão a mais de 30%, o que certamente levará ao aumento das doenças infecto-contagiosas. As verbas de custeio dos hospitais federais também serão reduzidas, assim como as destinadas à Fundação Nacional de Saúde.

Só no Rio de Janeiro o setor de saúde deixará de receber, de imediato, R\$ 36,2 milhões, o que certamente inviabilizará qualquer política de recuperação dos nossos hospitais públicos.

Se levarmos em consideração que é justamente em nosso estado que se localiza a maior e mais complexa rede pública do país, onde o processo de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos mais atrasados do país, onde dois mil leitos estão desativados por falta de recursos humanos, onde existe a maior evasão de médicos do serviço público (cerca de 800 profissionais nos últimos anos), devido às péssimas condições de trabalho e aos baixos salários, e onde a má administração e o clientelismo são parceiros da fraude e da corrupção, qualquer corte nos recursos poderá



ser o caldo de cultura ideal para a falência da saúde em nosso estado.

Não é à toa que o ministro José Serra, ao tomar conhecimento das medidas adotadas por seus colegas da área econômica, esperneou com toda a razão. Desta vez, nem o viés corporativo poderá ser alegado pelos tecnocratas da área econômica para responder ao protesto de Serra — como foi feito na época da demissão do ministro Adib Jatene. O ministro da Saúde, apesar de não ser médico, não está concordando que a saúde da população seja medida por frios indicadores econômicos, reféns da lógica neoliberal globalizante que o Brasil se meteu. Não é admissível que crises internacio-

nais, como a dos países asiáticos, ocorrida há algum tempo, e a da Rússia, que está acontecendo atualmente, ditem as condutas do Governo em relação às políticas sociais.

O preço a pagar pela crise e as medidas que visem à evasão de divisas e ao incentivo aos investimentos empresariais internacionais no país não podem ser os danos progressivos à qualidade de vida do nosso povo, principalmente nas áreas de saúde e educação, rotuladas junto com o desemprego, a questão do campo e a violência como os cinco maiores problemas do país.

O fato mais preocupante é que esta não é a primeira vez que o Governo lança

um pacote para driblar o déficit. Há dez meses, depois de estourar a crise na Ásia, 51 medidas foram editadas para economizar R\$ 20 bilhões. No entanto, na prática, as principais propostas fracassaram e o resultado foi somente a elevação dos impostos. O que representa para um país que tem rombo de R\$ 63 bilhões em suas contas internas e uma dívida pública de R\$ 336 bilhões, a essa altura do campeonato, um corte de R\$ 4 bilhões? Essas medidas, que tentam proteger o real da crise que abala o mercado financeiro mundial, levarão certamente mais sofrimento à população de baixa renda, que necessita de serviços públicos eficientes, mormente na área da saúde.

Por tudo isso, vejo com muita preocupação a redução de verbas na saúde, por mais que o Governo tente justificar que os cortes nas outras áreas foram maiores. O fato é que, no momento em que esperávamos uma ação mais concreta do Governo na recuperação da saúde pública do nosso país, o corte no orçamento da saúde poderá ser a gota d'água para o colapso total do sistema, com consequências nefastas e imprevisíveis para a população, principalmente a de baixa renda.

LUIZ ROBERTO TENÓRIO é presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.